

Supremo decidir; até quando abono de permanência deve ser pago

O momento de interrup o do pagamento do abono de permanência devido ao servidor público será analisado pelo Supremo Tribunal Federal. A d vida está em se a suspensão deve ocorrer a partir do requerimento de aposentadoria ou se ao fim do processo de jubila o. O tema teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual da Corte e será discutido no Recurso Extraordinário 956.304.

Para o relator do recurso, ministro Dias Toffoli, a repercussão geral existe por causa do impacto nas contas públicas atuais e futuras. Toffoli disse ainda que a legitimidade do abono de permanência, introduzido no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional 41/2003, já foi reconhecida pelo STF, o que corrobora a relevância e a transcendência da matéria em julgamento neste caso.

stf.jus.br



Impacto nas contas atuais e futuras justifica repercussão geral do caso, segundo o ministro Dias Toffoli.
stf.jus.br

No RE 956.304, o governo de Goiás questionou acórdão do Tribunal de Justiça, que, ao julgar mandado de segurança impetrado por entidade sindical dos servidores do Fisco estadual, entendeu que o pagamento do abono de permanência a quem requereu aposentadoria por tempo de contribui o deve ser mantido até a conclusão do processo.

A Constitui o Federal determina que o servidor com condi es para se aposentar voluntariamente por tempo de contribui o e opta por continuar trabalhando continuará contribuindo para o seu regime próprio de previdência, mas receberá o valor na forma de abono até a aposentadoria compulsória.

O governo estadual argumenta que a op o do servidor pela aposentadoria   contrária ao espírito da norma, de estímulo à continuidade no trabalho, e que o abono de permanência deve ser cessado quando formulado o pedido de aposentadoria voluntária.

A decisão do TJ-GO destaca que a suspensão do pagamento da vantagem em razão do requerimento de aposentadoria voluntária seria inaceitável.

Segundo o acórdão, a norma constitucional busca incentivar a permanência na ativa e promover uma



economia ao poder público, que posterga o pagamento simultâneo dos proventos do servidor aposentado e da remuneração de seu substituto. Diz ainda que a suspensão é indevida, porque o processo de jubilação demora tempo considerável, só sendo finalizado com a apreciação da aposentadoria pelo Tribunal de Contas. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*